

Realização:



**PFDC**  
*em revista*

# Destaques de atuação da PFDC em 2012

Homenagem à Semana da Consciência Negra  
foi um dos destaques da PFDC em 2012

## EQUIPE PFDC

### **Ministério Público Federal**

#### **Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão**

#### **Procurador Geral da República**

Roberto Monteiro Gurgel Santos

#### **Procurador Federal dos Direitos do Cidadão**

Aurélio Virgílio Veiga Rios

#### **Procuradores Federais dos Direitos do Cidadão Adjuntos**

Luciano Mariz Maia

Oswaldo José Barbosa Silva

#### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Cristine Maia e Janaína Moraes

#### **Dados**

Equipe da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

#### **Assessora-Chefe**

Patrícia Campanatti

#### **Secretaria de Gabinete**

Ideralda Jesus

Lucineide Paixão

#### **Coordenadoria de Assessoramento**

##### **Multidisciplinar**

Fabíola Geoffroy Zeraik Veiga (Coordenadora)

Bruno Cruz Pinheiro

Daniella Duarte Roberto

Emília Ulhoa Botelho

Igor Valois

Janine Souza

Leonardo Antônio de Moraes Filho

Lisiane Thurler Portella

Luana Stein

Luís Roberto Costa

Márcia Maria Regueira Lins Caldas

Mércia Beatriz Miranda

Mônica Valéria Reis Marin

Patrícia Ponte Araújo

Raquel Ribeiro

Rossana do Amaral

Vanessa Cordeiro

Viviane Fecher

#### **Estagiários**

Alexandre Neves

Andrei Martins

Larissa Melo

Luiza Azevedo

#### **Adolescentes aprendizes**

Amanda Karla Souza

Quézia Tavares

#### **Coordenadoria de Administração**

Mário Cabral de Abreu (Coordenador)

Ailza Rodrigues Pinto

Arthur Spinelli Correia

Evailton Araújo Santos

Marcos Vinícius Silva da Cunha

Tauli Stein de Barros

Valéria Maria Alves do Nascimento

Vera Maria Barbosa Moraes

#### **Adolescentes Aprendizes**

Carlos Henrique C. Costa

Emiliano Ferreira Sousa

Lucas Nascimento

Leonardo Barros de Sousa

#### **Apoio em serviços gerais**

Daniel Pessoa

Edmar Rodrigues da Silva

Priscila Cristina Gomes dos Anjos

#### **Coordenadoria de Comunicação e**

##### **Informação**

Marília Mundim (Coordenadora)

Cristine Barbosa Maia

Marlene Maria Lima de Miranda

Wilson Veleci da Silva

#### **Estagiários**

Janaína Moraes

Camila Marques Ferreira

## Cooperações Técnicas

Durante o ano de 2012, a PFDC celebrou acordos de cooperação técnica com entidades a fim de promover a celeridade e eficiência no atendimento de demandas de direitos humanos: assinatura da terceira reedição do Protocolo de Intenções para Cooperação Técnico Jurídica entre a PFDC e a Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – DHESCA Brasil, buscando contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito aos direitos humanos; Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público Federal e a Comissão Nacional da Verdade, por intermédio da PFDC, visando alcançar os objetivos comuns previstos respectivamente na Lei 12.528/2011 e na Lei Complementar nº 75/1993, mediante a disponibilização de informações e documentos entre os partícipes.

## Participação em Órgãos colegiados

A PFDC é representada, ainda, nos seguintes órgãos colegiados: Comissão Permanente da Infância e Juventude - COPEIJ; Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos; Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – COPEVID, no âmbito do grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – GNDH/CNPG. No Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana- CDDPH/SDH, a PFDC possui representação no Grupo de Trabalho Moradia Adequada, Comissão Especial "Manoel Mattos", Comissão Especial "Mães de Maio", Comissão Especial "Urso Branco", GT Atingidos por Barragens e Comissão Especial Terra do Meio. Participa, ainda, dos programas da SDH: Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos e Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA.

## Índice

Apresentação	4
Direito à educação	5
Direito à igualdade e não-discriminação	6
Direito à comunicação social	7
Direito à memória e verdade	8
Direito dos imigrantes no Brasil	9
Interlocação com entidades internacionais e política externa de Direitos Humanos	10
Comunidades de brasileiros no exterior	10
Direito à segurança pública	11
Direito das pessoas em privação de liberdade e prevenção à tortura	12
Direito à Saúde	13
Direito à Saúde Mental	14
Direito das pessoas com deficiência	15
Previdência e Assistência Social	15
Enfrentamento ao trabalho escravo	16
Prevenção ao Tráfico de Pessoas	16
Direito à alimentação adequada	17
Direito à Terra e Reforma Agrária	17
Cooperações Técnicas	18
Participação em órgãos colegiados	18
Equipe PFDC	19

## Apresentação

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC/MPF, enquanto instituição nacional de direitos humanos, realiza de forma inédita, audiência pública de prestação de contas nos direitos humanos, com vistas a dar amplo acesso à informação e estimular uma cultura de transparência e diálogo com a sociedade civil, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Em complemento ao relatório de 2011/2012 apresentamos, de maneira pontual e concisa, os destaques da atuação da PFDC, no período de maio a novembro de 2012. Nesse sentido, a publicação apresenta avanços e objetivos em temas relevantes como comunicação social, memória e verdade, educação, não discriminação, imigrantes, pessoas com deficiência, previdência e assistência social, reforma agrária, saúde, saúde mental, segurança pública, sistema prisional e prevenção à tortura, tráfico de pessoas e trabalho escravo, alimentação adequada, dentre outros não menos relevantes.

Destacamos o trabalho desenvolvido pelos Procuradores Regionais dos Direitos do Cidadão (PRDCs) e Procuradores dos Direitos do Cidadão (PDCs), respectivamente nos estados e municípios brasileiros, que têm demonstrado excepcional dedicação, no esforço para atender as crescentes demandas para garantir o respeito aos direitos humanos.

Por fim, agradecemos aos grupos de trabalho que cuidam dos mais diversos temas da PFDC, à nossa equipe e parceiros, que tornam mais ameno o duro cotidiano da defesa dos direitos humanos no Brasil.

**AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS**

Procurador Federal dos Direitos do Cidadão

## Direito à alimentação adequada

Em 2012, o Grupo de Trabalho Alimentação Adequada, da PFDC, manteve diálogo com autoridades competentes para atuar: na busca ativa para a inclusão no Bolsa Família; na ampliação dos serviços públicos e inclusão produtiva das famílias em situação de extrema pobreza, no âmbito dos objetivos do Plano Brasil sem Miséria; na aquisição de

produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar; e na execução do repasse direto à escola de recursos federais. A PFDC compõe a Comissão Especial Alimentação Adequada, do CDDPH/SDH e acompanha, na qualidade de observadora, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA.

## Direito à terra e à reforma agrária

O Grupo de Trabalho Reforma Agrária da PFDC trabalhou com foco nas questões: Plano Nacional de Combate à Violência no Campo; Programa Orçamentário do Governo Federal Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária; obtenção de terras para reforma agrária; implantação de desenvolvimento de projetos de assentamento; cadastro imobiliário; índices de avaliação de atuação do

INCRA; instituição de mecanismos de controle social sobre a Reforma Agrária; retomada de lotes ocupados indevidamente; mecanismos de controle da aplicação de créditos; cadastros de assentados e potenciais assentados; e cumprimento da lei de acesso às informações. Na temática, a PFDC tem assento na Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo (CNCVC).

## Enfrentamento ao trabalho escravo

Como membro da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo da Secretaria de Direitos Humanos - CONATRAE/SDH, a PFDC tem acompanhado o cumprimento do Pacto Nacional para Erradicação do trabalho Escravo e o atendimento das metas previstas no 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

**Fazenda Brasil Verde** - O PFDC participou de reunião na Secretaria de

Direitos Humanos da Presidência da República para discutir formas de implementação das recomendações emitidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos ao Estado brasileiro, como meio de reparação e não repetição das violações identificadas no caso Fazenda Brasil Verde, onde foi constatado trabalho análogo ao de escravo, ocorridas em propriedade rural localizada no sul do estado do Pará, no período de 1989 a 2000.

## Direito à educação

Na temática da educação, destacam-se as seguintes ações: oferta de informações e o acompanhamento - pela comunidade escolar e por órgãos de controle social - das políticas e programas realizados pelo Ministério da Educação; mecanismos necessários ao aprimoramento da transparência e do acesso às informações sobre recursos públicos destinados à educação. A PFDC compõe a Comissão Permanente de Educação - COPELUC/GNDH/CNPG.

**Projeto “Ministério Público pela Educação”**. O Grupo de Trabalho Educação da PFDC, em conjunto com membros dos Ministérios Públicos Estaduais, participa do projeto “Ministério Público pela Educação (MPEduc)”, que tem como objetivo fortalecer a atuação do Ministério Público na Educação, acompanhando a execução e efetividade das políticas voltadas à área a partir do envolvimento direto da comunidade.



## Prevenção ao tráfico de pessoas

A PFDC integra Grupo de Trabalho Interministerial coordenado pelo Ministério da Justiça sobre o Tráfico de Pessoas, que tem por objetivo desenvolver metodologia integrada de coleta e análise de estatísticas sobre

o tráfico de pessoas no âmbito do sistema de justiça criminal, respeitando a autonomia dos diversos órgãos públicos que compõem o sistema de enfrentamento ao problema.



**MINISTÉRIO PÚBLICO PELA EDUCAÇÃO**  
E S C O L A C O M P A R T I C I P A Ç ã O



## Direito à igualdade e não discriminação

Na pauta de debates esteve a implementação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10); a Política de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais; a inclusão da disciplina “História e Cultura Afrobrasileiras e Indígenas” no Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM; a questão racial no Projeto de Reforma do Código Penal; e direitos dos povos ciganos.

**Semana da Consciência Negra** - A PFDC e a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF promoveram a Semana da Consciência Negra nos dias 20 a 22 de novembro. A programação contou com atividades culturais, exibição de documentários e a realização do debate “Política de Ações Afirmativas: enfrentamento ao racismo e à desigualdade racial na perspectiva da Lei sobre história e cultura afro-brasileira”.

## Direito das pessoas com deficiência

O Grupo de Trabalho Inclusão de Pessoas com Deficiência, da PFDC, atuou nos seguintes temas: acessibilidade e reserva de assentos nos estádios da Copa do Mundo de 2014; decreto nº 7.783/2012, que regulamenta a Lei Geral da Copa; e aditamento de Termo de Ajustamento de Conduta com o Banco do Brasil, prevendo o cumprimento de medidas, tais como a aquisição de cadeiras de rodas especiais, computadores e outros equipamentos necessários às pessoas com deficiência e o oferecimento de vagas prioritárias às pessoas com deficiência em cursos realizados pela instituição financeira. A PFDC

acompanha, como observadora, as assembleias do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE e tem assento na Comissão Permanente de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso - COPEPDI/GNDH/CNPG.

**Reclamação Constitucional** - O PFDC encaminhou Reclamação Constitucional ao Procurador Geral da República visando a reserva de vagas de pessoas com deficiência nos concursos para provimento de cargos na Polícia Federal. Após o ajuizamento da Reclamação, foi deferida liminar suspendendo o concurso.

## Previdência e assistência social

No ano de 2012, o Grupo de Trabalho Previdência e Assistência Social da PFDC concentrou sua atuação nos temas: reabilitação profissional; inspeção dos Conselhos Regionais de Medicina nas agências

previdenciárias; aproximação com a Justiça do Trabalho; tempo de espera para o atendimento médico-pericial e estímulo à justificação administrativa, conforme preveem os regulamentos da Previdência.

## Direito à saúde mental

No ano de 2012, a PFDC debruçou-se sobre a aplicação da Lei 10.216/2001 em favor das pessoas com transtorno mental e no âmbito do sistema prisional. Por meio de comissão multidisciplinar criada pela PFDC, membros do MPF e especialistas discutem as medidas de segurança e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico nos termos do projeto de alteração do Código Penal. Em reuniões e eventos, a PFDC participou de debates sobre a internação hospitalar voluntária, involuntária e compulsória para dependentes químicos de álcool, crack e outras drogas e o Plano Nacional do Sistema Prisional e sua transformação no Programa Nacional do Sistema Penitenciário, com foco na saúde prisional. A PFDC integra Grupo de Trabalho no âmbito do Ministério da Saúde, com atenção voltada à saúde mental no sistema prisional.

**Desinstitucionalização** - Após denúncias em meios de comunicação de maus-tratos a pacientes internados no Hospital Vera Cruz em Sorocaba/SP, a PFDC, representada pelo Procurador

Regional dos Direitos do Cidadão em São Paulo no Estado de São Paulo, realizou visita ao local, ocasião em que foi realizado censo psicossocial com o objetivo de possibilitar a desinstitucionalização dos internos. Atendendo a solicitação feita pelo Ministério Público, numa estratégia conjunta entre Ministério Público Federal e Ministério Público de São Paulo, o Tribunal de Justiça do Estado concedeu liminar determinando a intervenção do hospital psiquiátrico Vera Cruz, localizado na cidade de Sorocaba/SP.



## Direito à comunicação social

Ao longo de 2012, o Grupo de Trabalho Comunicação Social da PFDC realizou reuniões a fim de avançar na pauta de seus objetivos estratégicos, envolvendo o debate em torno da regulamentação da publicidade voltada ao público infantil (PL 5921/2001), participando de eventos e reuniões para tratar da liberdade de expressão, educação para mídia, comunicação e os direitos da criança e do adolescente, dentre outros assuntos.

**Audiência Pública** - Com apoio do Instituto Alana e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), o GT realizou Audiência Pública **“Publicidade Infantil: Regulamentação Prevista pelo Projeto de Lei 5921/2001”**, em agosto de 2012, na Procuradoria Geral da República, para debater o Projeto de Lei que trata sobre a proibição da publicidade dirigida ao público infantil.



Realização:



Programação completa:

[audienciapublicapublicidadeinfantil.blogspot.com.br](http://audienciapublicapublicidadeinfantil.blogspot.com.br)



## Direito à memória e verdade

No ano de 2012, a PFDC participou de atividades sobre a Justiça de Transição brasileira, ocasiões em que foram debatidas com a sociedade civil e com representantes de órgãos governamentais as ações e políticas brasileiras voltadas à memória, à verdade e à justiça relativas às violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura, com destaque para: tombamento e desapropriação de locais usados pela repressão; criação de espaços de memória; oitiva de agentes da ditadura; viabilização da identificação de ossadas localizadas nos cemitérios de Perus e Vila Formosa/SP; localização e identificação das ossadas dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia/PA. Na temática, a PFDC conta,

ainda, com a atuação de seu Grupo de Trabalho Memória e Verdade.

### **Comissão Nacional da Verdade**

Por intermédio da PFDC, o Ministério Público Federal celebrou com a Comissão Nacional da Verdade da Presidência da República, Acordo de Cooperação Técnica com vistas ao intercâmbio de informações entre os órgãos, coleta de declarações e materiais, visando alcançar os objetivos comuns previstos respectivamente na Lei nº 12.528/2011, que criou o órgão, e na Lei Complementar nº 75/1993, que dispôs sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, mediante a disponibilização de informações e documentos entre os partícipes.

## Direito à saúde

A PFDC realizou ações nas seguintes áreas: legalidade da Lei nº 12.550/11, que criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH; Bancos de Preço em Saúde; doenças negligenciadas; irregularidades cometidas pelos gestores de saúde, em relação às contratações e terceirizações das ações e serviços de saúde; prestação de serviços das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas ao Sistema Único de Saúde – SUS; controle social do financiamento da saúde.

O Grupo de Trabalho Saúde, da PFDC tratou, dentre outros assuntos, da interlocução com a sociedade civil e com o Ministério da Saúde para a inclusão no Sistema Único de Saúde (SUS) de medicamentos indicados para tratamento da artrite reumatóide; mortalidade materna e mortalidade infantil; elaboração de artigo/texto

versando sobre as atribuições do MPF e dos MPs dos Estados à luz da LC 141 sob o enfoque da cidadania; atualização do manual de atuação “medicamentos excepcionais”. No tema, a PFDC integra, ainda, a Comissão Permanente de Defesa da Saúde do Grupo Nacional dos Direitos Humanos – COPEDES/GNDH do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais- CNPG e a Câmara Técnica do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde, do Ministério da Saúde – SIOPS/MS, além de acompanhar reuniões do Conselho Nacional de Saúde.

**Representação** - A PFDC encaminhou ao PGR Representação com a solicitação de ajuizamento de ADI da Lei nº 12.550/11, que criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares- EBSEH.



Foto: Agencia UnB





Foto: Agencia Brasil - Marcello Casal Jr

## Direitos das pessoas em privação de liberdade e prevenção à tortura

A PFDC apresentou à Secretaria de Direitos Humanos subsídios para auxiliar a resposta do Estado Brasileiro ao Relatório do Subcomitê de Prevenção da Tortura, realizado pelo Subcomitê de Prevenção da Tortura (SPT) das Nações Unidas, em razão das visitas realizadas pelo órgão internacional às delegacias, casas de detenção, penitenciárias, institutos socioeducativos e clínicas de tratamento de dependentes químicos no Brasil em 2011.

São assuntos debatidos, no âmbito da PFDC, por meio da interlocução com demais órgãos e a sociedade civil: o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a criação do Mecanismo Nacional de Prevenção e

Combate à Tortura (MPN) e questões referentes à consulta pública sobre regras mínimas para tratamento de presos das Nações Unidas, dentre outros. A PFDC integra o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos CNPCT/SDH.

**Grupo de Trabalho Sistema Prisional e Prevenção à Tortura** - A PFDC reativou seu Grupo de Trabalho Sistema Prisional e Prevenção à Tortura, cujo enfoque está na promoção de direitos básicos da pessoa presa - tais como dignidade, saúde, educação e trabalho. O GT contará com membros das cinco Procuradorias Regionais, além do PFDC Adjunto, e manterá as atividades dos subgrupos nos estados de São Paulo e Pernambuco.

## Direito dos imigrantes no Brasil

A PFDC atuou na busca da resolução para os casos envolvendo: (a) estudantes bissau-guineenses no Estado do Ceará, convidados por instituições privadas de ensino superior a estudar no país e que se encontravam em situação de inadimplência e irregularidade migratória; (b) regularização dos haitianos que se encontravam no município de Tabatinga-AM e

na fronteira do Peru, em Iñapari, aguardando autorização para entrar regularmente no Brasil, bem como a flexibilização do número de concessão de vistos; e (c) acompanhamento da situação das crianças congoleesas que ingressaram no Brasil, com vistas a assegurar o exercício de seus direitos fundamentais e, ainda, o acesso às políticas públicas.



Foto: CCI/PFDC

## Interlocução com entidades internacionais e política externa de direitos humanos

**Federação Iberoamericana de Ombudsman (FIO)** - A PFDC esteve na Costa Rica, para o XVII Congresso e Assembleia Geral da Federação Iberoamericana de Ombudsman (FIO). O encontro reuniu defensores do povo, procuradores, provedores e comissões públicas de direitos humanos de quase 20 países da iberoamerica a fim de trocar experiências, promover, difundir e fortalecer a cultura de direitos da pessoa humana nas nações que integram a FIO.

**Princípios de Paris** - A PFDC esteve reunida com comissionados de

direitos humanos e provedores de justiça de países de língua portuguesa de todo o mundo, entre os dias 15 a 17 de outubro, em Cabo Verde, para oficina de trabalho referente ao estabelecimento de instituições nacionais de direitos humanos em conformidade com os Princípios de Paris. O evento foi promovido pelo Alto Comissariado para Direitos Humanos das Nações Unidas (ACNUDH) – em conjunto com o Provedor de Justiça de Portugal e a Assembleia Legislativa e Ministério da Justiça de Cabo Verde.

## Comunidades de brasileiros no exterior

A PFDC atua extrajudicialmente, e em parceria, junto aos demais órgãos de Estado, nos seguintes assuntos: (a) crianças brasileiras em situação de adoção no exterior; (b) cidadãos brasileiros cumprindo pena no exterior; e (c) casos referentes à Convenção da Haia.



Foto: Agência Brasil - Iamã Rego

## Direito à segurança pública

A PFDC esteve reunida com as autoridades competentes para o enfrentamento da violência cometida por policiais militares em alguns estados da Federação. Ainda no âmbito da segurança pública, o PFDC apresentou ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Secretaria de Direitos Humanos – CDDPH/SDH proposta para a regulamentação federal do emprego de armamentos de baixa letalidade pelos agentes de segurança pública, bem como pela constituição de grupo de trabalho interministerial para realizar estudos aprofundados sobre

o uso deste tipo de armamento com o intuito, dentre outros, de contribuir com a formulação das proposições legislativas.

**Abolição da expressão "autos de resistência"** - O PFDC foi relator de resolução aprovada pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, propondo a abolição do uso, pelas autoridades policiais, da expressão "autos de resistência" ou "resistência seguida de morte" em registros policiais, boletins de ocorrência, inquéritos policiais e notícias crimes, dentre outras medidas.